

PELO DIREITO DE SONHAR: EXPECTATIVAS DE ESTUDANTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO NO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Luciana Gurgel Farias Gondim¹

Ilzalene Freitas Marinho²

Keila Andrade Haiashida³

RESUMO

Este presente trabalho pretende analisar as perspectivas dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio da EEMTI Maria de Lourdes Oliveira, uma escola pública de um distrito do município de Russas-CE, após a conclusão da educação básica. A investigação adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário, com perguntas objetivas e abertas, aplicado aos estudantes. A análise das respostas se fundamentou no método materialista-histórico-dialético e dialogou com diferentes autores, dentre eles, Oliveira, Bezerra e Braga (2021); Xerez et al. (2020); Saviani (2017); Mota Júnior e Freitas (2018). Assim, os resultados revelam que embora a maioria se imagine ingressando no ensino superior e continuando os estudos, correspondendo a 73,3% das respostas, a mesma percentagem responderam que não conhecem a política de cotas e 55,6% apontaram que desconhecem a forma de entrada em uma Universidade Pública. Além disso, 66,7% referiram que pretendem conciliar estudo e trabalho. Destaca-se ainda diferenças de gênero nas respostas. Com relação à motivação e segurança no desempenho escolar foi citada a conciliação com a maternidade como um fator adverso. Evidencia-se que, embora exista um sonho de continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, há muitos desafios a serem transpostos para esses estudantes da escola pública no ingresso no ensino superior público, seja por desconhecimento das formas de acessá-lo, seja por dificuldades socioeconômicas ou de ausência da materialidade do capital cultural como livros e tecnologia que facilitem essa aproximação com esse nível de ensino na rede pública. Isso pode desencadear uma procura pelo ensino privado e aligeirado, o que contribui para a manutenção do ciclo da educação dualista e da reprodução das desigualdades sociais. Além disso, as diferenças entre o gênero feminino e masculino saltaram nas respostas quanto às dificuldades e expectativas dos estudantes no progresso dos estudos.

Palavras-chave: Ensino Médio, Ensino Superior, Questão Social, Gênero.

INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil surge de forma tardia em relação a outros países, inclusive se comparado com seus vizinhos latino-americanos. De início, esse nível de ensino foi instituído para qualificar profissionais para ocupar diversas funções na Corte (Martins, 2018). No primeiro momento criaram escolas superiores, escolas

1 Mestranda do Curso do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - PPGEEN/UECE, luciana.gondim@aluno.uece.br;

2 Mestranda do Curso do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - PPGEEN/UECE; ilzalene.marinho@aluno.uece.br;

3 Pós-Doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), keila.haiashida@uece.br.



profissionalizantes e faculdades de cursos específicos e, posteriormente, se aglutinaram para compor uma Universidade. Para Cunha (2010), em 1920 surgiu a primeira Universidade pública brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, porém o autor pondera que o seu surgimento se deu a partir da citada reunião de faculdades superiores já existentes. Assim, Martins (2018) considera que apenas em 1935 com a criação da Universidade de São Paulo (USP) é que se teria conseguido o feito de institucionalização de uma Universidade nacional.

Não é consenso entre os estudiosos a definição da primeira Universidade brasileira, essa divergência se deve, principalmente pelo princípio de uma Universidade que tem como parâmetro a articulação de seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão. As primeiras escolas superiores individuais se direcionaram para o ensino e qualificação da mão-de-obra.

Uma outra característica da historicidade do ensino superior brasileiro é seu caráter dualista. Por um longo período o acesso a essas instituições foi destinado às famílias abastadas da sociedade brasileira. Outra característica marcante é que a expansão do ensino superior brasileiro foi profundamente marcada pela proliferação de instituições privadas, cuja maioria se classificam em faculdades que ofertam apenas o ensino.

Em paralelo, a própria educação básica também foi fundamentada nesse aspecto dualista. Essas marcas da política educacional do país é um retrato da própria formação da sociedade brasileira, identificada como um Estado controlado pelas elites sejam elas agrárias ou industriais, que colocou à margem das decisões uma massa de escravizados e, posterior, a classe trabalhadora, demarcada por critérios de raça/cor/etnia e gênero que demorou inclusive para terem direito ao voto, para serem considerados cidadãos e, para terem acesso a uma educação institucionalizada.

Quanto mais a educação pública básica foi se popularizando e o filho da classe trabalhadora foi tendo acesso a esse serviço, mais a educação foi sendo dividida intencionalmente em seus currículos, uma escola baseada em um ensino de uma formação propedêutica e outra profissionalizante. Um exemplo atual disso é a Reforma do Ensino Médio, nas palavras de Oliveira, Bezerra e Braga (2021, p. 370):

[...] a reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que inviabiliza em absoluto o acesso da classe menos favorecida ao Ensino



Superior, tendo em vista o processo de flexibilização do currículo escolar a partir dos itinerários formativos que reduz os conteúdos escolares e encaminha o ensino profissionalizante à mera prática.

Afinal, com a reforma e o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino se concretiza baseado em competências cognitivas e socioemocionais, de modo que desde o Ensino Infantil e com maior intensidade no Ensino Médio, os discentes são instigados a lidar com as demandas do mercado de trabalho. De acordo com Silva (2023), as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) são submetidas a exigências que promovem uma falsa equidade, visto que ignoram as condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que os discentes estão inseridos, considerando que por simplesmente ofertar a todos os estudantes as mesmas oportunidades educacionais é garantia de um ensino integral e equitativo, quando na verdade apenas seguem uma lógica de competitividade e exigências de criatividade e protagonismo para não lidarem com o constante desemprego causado pela crise estrutural do capital.

A BNCC como documento norteador da Educação Básica, que define as principais aprendizagens ao longo das etapas educacionais, apresenta-nos dez competências gerais para a Educação Básica e em algumas delas deixam explícito o seu objetivo neoliberal educacional. Em sua segunda competência, o documento prevê que o ensino deve:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2017, p.9)

Apesar da competência estimular o pensamento criativo e investigador para resolução de problemas, a abordagem valoriza a competitividade e cerca-se de uma curiosidade esvaziada em seu caráter crítico, apoiando-se na formação de indivíduos empreendedores. Assim como na sexta competência, que busca:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p.9)



À luz do materialismo histórico-dialético, escola e universidade expressam as contradições entre capital e trabalho. Para Saviani (2017), a educação no capitalismo forma a força de trabalho e reproduz as desigualdades de classe. Assim, o ingresso no ensino superior reflete as determinações sociais, e não o mérito individual. Dessa forma, no contexto das profundas desigualdades da sociedade brasileira é que este estudo se propõe analisar o perfil e as aspirações de jovens do 3º ano do ensino médio da EEMTI Maria de Lourdes Oliveira, escola pública de um dos distritos do município de Russas-CE, após a conclusão da educação básica. Busca-se assim, a partir das respostas dos sujeitos, correlacioná-las com a materialidade do contexto de ingresso no ensino superior e a continuidade dos estudos, pois parte-se do entendimento de que na sociedade contemporânea, o ensino superior é uma das principais ferramentas para o alcance de posições sociais que garantem uma maior remuneração, principalmente para, nos termos de Arroyo (2010), os coletivos feitos desiguais.

A relevância do estudo em questão é pautada na publicidade das perspectivas de jovens da 3ª série do ensino médio de uma escola no município de Russas na continuação de seus estudos e, com isso, articulá-las com o cenário do ensino superior no Brasil e sua perspectiva de democratização. Diante disso, questiona-se: As ações governamentais em ascensão estão tornando o ensino superior mais acessível? O acesso a esse nível de ensino tem influenciado para ajudar a superar a desigualdade do país? A proposta deste trabalho certamente não responderá a totalidade dessas questões, mas apontará um panorama e indicará a necessidade de estudos futuros mais profundos.



Com esse intuito, a pesquisa em questão apoia-se nos estudos de Oliveira, Bezerra e Braga (2021), Salata, Bringhamti e Miranda (2025), Xerez *et al.* (2020), dentre outros, para dialogar no que tange ao ingresso no ensino superior brasileiro e suas particularidades e demais pesquisadores que mediam categorias que emergiram das respostas.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa neste estudo é de caráter quantitativa e qualitativa, a qual, de acordo com Richardson (2012, p.89), pressupõe a utilização de ambos os métodos que podem “contribuir para delimitar o problema estudado e a informação coletada, permitindo identificar casos representativos ou não representativos em nível grupal ou individual.”, bem como, utilizadas em concomitância, contribuem para com as três instâncias de integração de uma pesquisa: “planejamento da pesquisa, na coleta dos dados e na análise da informação” (RICHARDSON, 2012, p. 89).

Para obtenção dos dados, elaborou-se um questionário⁴ que abordou as perspectivas e desejos futuros dos alunos da 3ª série do Ensino Médio de uma escola pública do distrito do município de Russas-CE em relação ao Ensino Superior. Atualmente, a escola oferta exclusivamente o Nível Médio para os discentes, em tempo integral, e possui, em média, 350 alunos matriculados anualmente. Para esta pesquisa realizada, aplicou-se o questionário apenas para as duas turmas da 3ª série, que totaliza 76 alunos matriculados, no entanto, apenas 45 responderam o formulário, visto que alguns faltaram no dia da aplicação, e outros, por opção individual, optaram por não responderem.

Após a definição do público-alvo, elaborou-se o formulário no *Google Forms* com a garantia do anonimato dos respondentes. O formulário foi compartilhado através do link enviado pelo *WhatsApp* no grupo das turmas selecionadas, por intermédio de perguntas objetivas, abertas e de múltipla escolha, buscou-se compreender a realidade social, econômica e pessoal dos alunos, bem como a sua relação com a escola, estudos e acesso a informações no que diz respeito ao ingresso no Ensino Superior.

⁴Questionário elaborado pelas discentes da pesquisa, Luciana Gurgel Farias Gondim e Ilzalene Freitas Marinho, intitulado “Sonhos e Desejos dos estudantes da 3ª Série sobre a Universidade”, aplicado por meio da plataforma *Google Forms* no primeiro semestre de 2025, com discentes da EEMTI Maria de Lourdes Oliveira, escola pública de um distrito do município de Russas-CE.



Para a análise do problema que origina a pesquisa, partiu-se da concepção materialista pautada nas contradições do real concreto. Essa escolha parte da pretensão de se alcançar a síntese do objeto investigado como este integrante de uma totalidade, mediatizada pelas contradições da vida como ela é. Conforme cita Netto (2011): “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas dos jovens da 3ª série da EEMTI Maria de Lourdes Oliveira permitiram extrair reflexões em torno das expectativas após a conclusão do ensino médio. De início, considerou-se fundamental identificar aspectos relacionados ao perfil. Das 45 respostas, observa-se que a faixa etária desses estudantes se concentra entre 16 a 18 anos, desses 91% tem 17 anos, 2,2% tem 16 anos e 6,7% possuem 18 anos ou mais.

Em relação à raça/etnia 57,8% se identificam como pardos, 24,4% como brancos e 13,3% como pretos. Observa-se também 01(uma) resposta de estudante que se identifica como indígena e 01 pessoa que se declarou amarela. Assim, pode-se apreender que há uma maioria de pessoas negras (pardos e pretos) entre os sujeitos da pesquisa, corroborando com o retrato do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que conclui que a maioria da população brasileira se declara parda, sendo 45,3% da população, 10,2% se identifica como preta, 43,5% como branca, 0,4% amarela e 0,6% como indígena (IBGE, 2023). No que diz respeito a identidade de gênero, a maioria é do sexo masculino, o que representou 64,4% das respostas, e 35,6% responderam que se identificam como mulheres.

Quando questionados se eles se imaginavam ingressando no ensino superior, 73,3% responderam que sim e 26,7% responderam que não. O questionário também continha a pergunta em relação a qual cenário os(as) estudantes se imaginavam após concluir o ensino médio. Assim, a maioria, 66,7%, se imagina conciliando estudo e trabalho. Apenas 2,2% responderam que se imaginavam somente estudando e essa mesma porcentagem indicou que se imaginaria ingressando no Serviço Militar. Enquanto 26,7% respondeu que o cenário mais provável seria já ingressar no mercado de trabalho, sem continuar com os estudos.



A partir dos dados supracitados é pertinente fomentar a seguinte reflexão: a maioria afirma que se projetam trabalhando e estudando após a conclusão do ensino médio, isso hipoteticamente pode levar a indícios de que cursos de graduação integrais podem inviabilizar esse projeto, bem como, é possível que essa materialidade dos estudantes em imaginarem estudando e trabalhando, simultaneamente, favoreça a procura por cursos particulares e a distância, estes, com raras exceções, proporcionam uma formação aligeirada e desconexas da pesquisa e da extensão.

Essa realidade vem a corroborar com Mota Júnior e Freitas (2018, p. 2) quando explanam sobre o cenário do ensino superior brasileiro:

O panorama atual da educação superior brasileira demonstra um incentivo maior do governo federal à iniciativa privada, com a disponibilidade de alternativas como o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), do que com a aplicação de recursos públicos numa política educacional que amplie o acesso à educação superior por meio das universidades públicas.

Ainda sobre os investimentos no ensino superior os estudo de Salata, Bringhenti e Miranda (2025, p.31) ao abordarem os últimos trinta anos no Brasil — denominado de segundo ciclo de expansão do ensino superior nacional — descrevem que, apesar da caminhada até o ensino superior no país estar mais democrático, esse interstício não foi homogêneo: “houve elevação das barreiras de acesso entre 1992-2004, queda entre 2005-2014 e estabilização com leve tendência de aumento entre 2015-2022”, ou seja, foi em um período específico que aconteceu uma expansão na democratização do acesso a esse nível de ensino. Tem-se aí períodos de redução dos programas de acesso ao ensino superior através do Programa Universidade para Todos (Prouni) e Financiamento Estudantil (Fies).

Como há uma crescente participação do setor privado, do ensino superior nos últimos trinta anos, reforçou-se a tendência de crescimento da rede privada em relação à rede pública. Assim, com a diminuição do investimento em Prouni e Fies — principal meio de alunos de baixa renda ingressarem no ensino superior particular — até o acesso a esses programas para os estudantes que almejam ingressar no ensino superior, está mais difícil. Não seria um problema caso houvesse um investimento significativo nas Universidades públicas, com ampliação de vagas e de instituições, porém não é isso que ocorre.



No que tange a preparação para o ingresso no ensino superior, apenas 15,6% se consideram preparados para realizar vestibulares ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prova necessária para o acesso à maioria das Universidades públicas de todo o país. Ao serem questionados acerca do conhecimento sobre a política de cotas para ingresso em uma Universidade pública, 73,3% afirmaram não conhecer a política de cotas e apenas 26,7% referiram que sabem sobre o assunto.

Em relação aos cursos de graduação que os alunos gostariam de ingressar, o formulário registrou 31 respostas. Há uma diversidade de áreas como Direito, Medicina, Psicologia, Medicina Veterinária, Artes Visuais e Biomedicina, que são ofertados em cidades mais distantes das que esses discentes residem, e outras graduações que existem no município limítrofe como: Educação Física, Mecatrônica, Nutrição e Música — ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) de Limoeiro do Norte; Pedagogia, Letras e outras Licenciaturas — ofertadas na Universidade Estadual do Ceará (UECE) de Limoeiro do Norte, e cursos ligados à Engenharias e Tecnologia da Informação como: Engenharia Mecânica e Engenharia de Software — compondo dois cursos da Universidade Federal do Ceará (UFC) do próprio município de Russas.

A presença desses cursos em municípios próximos, como Limoeiro do Norte — que em relação ao distrito, comparado em quilômetros, se torna mais próximo que o centro do próprio município de Russas —, evidencia a relevância da interiorização do ensino superior. Essa política de expansão universitária tem possibilitado que jovens do interior tenham acesso à formação de qualidade sem a necessidade de migrar para capitais ou grandes centros urbanos, o que muitas vezes representa uma barreira econômica e social, visto que, essa permanência contribui tanto para o desenvolvimento local e regional, no sentido que gera emprego e estimula a economia local, quanto favorece a formação de profissionais que tendem a permanecer em suas localidades de origem, de modo que descentraliza a produção científica de modo democrático, transformando o social do interior.

A implementação de campi da UFC, UECE e IFCE em cidades interioranas amplia as oportunidades para estudantes dessas localidades, principalmente para discentes de escolas públicas, que comumente não têm a possibilidade de morar em outra cidade para seguir a carreira acadêmica, ou mesmo manter os gastos relativos a locomoção até a instituição de ensino. Quando questionados a respeito das dificuldades



para ingressar no ensino superior, 22,7% responderam que encontram impasses no que se refere à distância ou acesso local da universidade, e 27,3% relatam enfrentar dificuldades para pagar transporte, materiais ou cursos preparatórios.

Apesar de reconhecer a contribuição que a interiorização desses campi proporcionam, é importante constatar que nessas instituições de nível superior em cidades não metropolitanas, normalmente a oferta está circunscrita a cursos de licenciaturas — como é o caso da UECE de Limoeiro do Norte —, e cursos que proporcionem serviços de alta relevância para aquela localidade, tendo em vista que há uma extensa procura por profissionais de tais áreas — como a UFC de Russas que oferta apenas cursos da Engenharia e do IFCE de Limoeiro do Norte, que oferta graduações e técnicos com foco na agropecuária, meio ambiente, sistemas elétricos e mecânicos.

Embora até os dias atuais a interiorização do ensino superior ainda aconteça de modo lento, com poucos investimentos e com objetivos pautados na lógica de oferta e demanda, é necessário reconhecer que esse movimento é fundamental para que rompa com a concentração de pesquisa e inovação nos grandes centros, permitindo que o conhecimento seja produzido com base na realidade local, valorizando saberes locais, culturas regionais e o pertencimento à comunidade, de modo que possibilite a grupos sociais antes marginalizados do sistema universitário, acesso ao conhecimento acadêmico e institucionalizado.

Quanto ao motivo principal para acessar o ensino superior, os que desejam continuar os estudos, a maioria cita a possibilidade da conquista de um bom emprego que garanta uma boa remuneração. Há respostas que expressam outras razões como a do discente a seguir: *“Eu quero ingressar no ensino superior porque conhecimento é poder, é liberdade. Quero melhorar a minha vida, a dos meus e a da sociedade em geral.”* a outra discente pontua: *“Para dar orgulho aos meus pais”* e outro aluno refere: *“Pela minha profissão dos sonhos, pois quero fazer algo que eu gosto, ganhando bem.”*

Xerez (2020), explicita que os jovens de escolas públicas buscam conhecimentos acadêmicos com o propósito de se destacarem e estarem competitivos no mercado de trabalho. No entanto, os discentes que mais ocupam as vagas das universidades públicas são alunos que descendem da rede privada. Desse modo, comumente, restando aos



estudantes oriundos de escola pública a opção de pagar seus estudos de nível superior. Essa leitura permite compreender que a busca pelo ingresso na universidade, ainda que motivada por razões utilitaristas, carrega um potencial emancipador. Enquanto o capital demanda trabalhadores qualificados, o acesso ao conhecimento pode promover uma consciência crítica sobre as próprias condições de exploração. Nessa contradição reside o papel político da educação: instrumento de dominação ou de libertação, conforme as mediações entre a prática pedagógica e o projeto de sociedade em disputa.

Perguntou-se ainda quais dificuldades poderiam inviabilizar seu ingresso na universidade, a maioria das respostas estavam relacionadas às dificuldades socioeconômicas para acesso a transporte, materiais acadêmicos ou dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Outras dificuldades que se destacaram foram a insegurança, ou seja, o medo de não conseguir acompanhar os estudos, a falta de motivação e o cansaço. Além disso, uma das participantes pontuou que *“tenho uma filha que depende de mim e é algo difícil conciliar: maternidade e estudos”*. Esse relato evidencia como a maternidade se configura como um desafio adicional à trajetória educacional das mulheres, sobretudo quando não há uma rede de apoio institucional ou familiar que possibilite a conciliação entre o cuidado e a formação acadêmica.

As respostas revelam que a concorrência pela continuidade dos estudos não parte da igualdade de condições. As diferenças socioeconômicas se manifestam nas escolas e isso reafirma a necessidade de fortalecimento das políticas afirmativas para ingresso e da amplitude de programas de assistência estudantil para a permanência, assim como as desigualdades de gênero no acesso e na permanência no ensino superior. Além disso, é notável a necessidade de aproximação do ensino superior público com o ensino médio público, os discentes precisam conhecer a Universidade pública e suas formas de acesso e de continuidade da graduação, para assim, fazer uso desses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a totalidade dos dados, sua dialética com o real concreto e dialogando com o conhecimento socialmente produzido, observa-se que a estrutura do ensino médio público, permeado pelo ideário neoliberal, através do apelo ao empreendedorismo e redução do conteúdo, não contribui para a continuidade dos estudos no nível superior público. Essa concepção de currículo e gestão, pode inclusive,



reforçar desigualdades. É possível que a condução das pedagogias em sala de aula, a cargo dos profissionais do magistério, minimize esse efeito, porém não é possível responsabilizar o professor pelo sucesso ou fracasso do seu aluno dentro de uma política pública de educação básica.

Outra constatação pertinente é que a escola também é vitrine das expressões da questão social, a qual as desigualdades de gênero, ético-raciais, classes sociais, políticas e culturais da comunidade escolar revela o cotidiano e a realidade concreta dos seus alunos. Desse modo, o desconhecimento dos alunos sobre o ensino superior público e próximo de sua realidade através da interiorização, demonstra a urgência de aproximação entre esses dois níveis de ensino.

A desarticulação da rede de educação, independente do nível de ensino a qual pertença, quando ainda assim, conseguir ser motriz para a continuidade dos estudos, no que se refere ao nível superior, pode ser que esse estímulo se dê para a iniciativa privada, no aligeiramento dos estudos e a partir dos programas de incentivo como o Prouni e o Fies. Enquanto profissionais da educação, a luta pela defesa da educação pública de qualidade, o que perpassa pela priorização de investimentos orçamentários e sua ampliação estrutural, deve ser um mote da atuação.

Assim, a luta pelo direito de sonhar transcende o âmbito individual e integra a busca coletiva por emancipação. Para Frigotto (2001), uma educação vinculada ao projeto histórico da classe trabalhadora deve superar o tecnicismo e o pragmatismo neoliberal, formando sujeitos críticos. Nesse sentido, a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade expressa a própria luta de classes no campo educacional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPmFsj5pSxPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: em: 01 de out. de 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3a versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: 500 anos de Educação no Brasil. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **População por cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2023.
MARTINS, Carlos Benedito. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 6, n. 13, 2018. DOI: 10.20336/rbs.256. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/374>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MOTA JÚNIOR, A. de M.; FREITAS, V. S. de. **PANORAMA ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, [S. l.], v. 11, n. 11, 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALATA, André; BRINGHENTI, Taiane; MIRANDA, Ana Carolina. **Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022**. Dados, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 1-39, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xwH8txdN8HCZRvNS3RJ8bYj/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

SILVA, S. V. **O Projeto de Educação Integral no Ceará: uma análise onto-marxista de seus fundamentos teórico-metodológicos, concepções e competências socioemocionais**. 2023. 254f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.

XEREZ, A. S. P.; RIBEIRO, L. T. F.; MARTINS, R. V.; NASCIMENTO, K. A. S. do. Jovens da escola pública: diálogos e reflexões acerca das possibilidades e limites de seu ingresso nas universidades brasileiras. **Sala de Aula**, [S. l.], v. 26, p. 187–198, 2020. DOI: 10.14201/aula202026187198. Disponível em: <https://revistas.usal.es/tres/index.php/0214-3402/article/view/aula202026187198>. Acesso em: 25 jul. 2025.

